



## **SEPREM - SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL**

Ata 104ª (centésima quarta) da reunião extraordinária do Comitê de Investimentos: Valéria D. Demonari, Elivaine Almeida Silva, Sr. José Aparecido Quintino, Membros do Conselho Administrativo: Regiane Ramazzotto, Elton Carlos de Souza Dias, Alessandra R. Vieira Martins, Kaká Lancaster Barros Vicente, Danilo Augusto Reinol, Secretaria da Fazenda: Sra Angela Maria de Freitas Nazário Fonseca, Daniele Terra Ennes de Laurentiz e Sra Paula Baraldi Artoni, Procuradora Jurídica do Seprem reuniram-se na sala de reuniões do Paço Municipal, às 9 horas do dia 17 de Setembro de 2020 para deliberar acerca do Termo de Acordo Celebrado entre a Prefeitura Municipal e o Seprem para realizar compensação de valores a fim de amortizar a dívida contida no Processo Judicial nº.1005733-71.2016.8.26.0291. A Superintendente iniciou a reunião esclarecendo sobre a manifestação da Prefeitura, através da Secretaria da Fazenda, em rescindir o referido Termo de Acordo, uma vez que o valor principal da dívida foi quitado e os valores referentes aos juros e correção monetária aguardariam a formalização por precatório. Diante do encerramento da compensação entre os órgãos, acarretaria um aumento na descapitalização dos Investimentos, em consequência a queda no Patrimônio Líquido do Seprem. Em seguida a Dra Paula explicou a necessidade do cumprimento da sentença, que se encontra pendente, aguardando decisão conjunta, sobre o Termo de Acordo que foi firmado em Processo Administrativo nº 066/2019, e que o Seprem entende ser credor dos valores, porém diante da negativa da Prefeitura em manter o termo de compensação, não haveria a quitação das guias de IR e Cesta básica devidas pelo Seprem e que o mesmo não teria legalidade para reter os valores. Solicitou posicionamento sobre os valores retidos, referente à competência de Julho e Agosto de 2020, uma vez que a manifestação da Secretaria da Fazenda em rescindir o Acordo foi posterior ao fechamento da folha, lembrando que o Seprem não dispõe do recurso financeiro em conta corrente, havendo a necessidade de resgatar das aplicações para efetuar o pagamento das guias, e que dependeria de anuência do Conselho Administrativo. A Superintendente detalhou sobre o valor bruto da folha de pagamento dos segurados do Seprem e o quanto falta mensalmente para custeá-la, sendo que são utilizados recursos que deveriam ser capitalizados para as aposentadorias futuras e que há obrigação legal da Prefeitura Municipal em realizar os aportes para complementar a folha de pagamento e que o Comitê de Investimentos vem demonstrando essa dificuldade e solicitando posicionamento tanto do Conselho Administrativo, quanto da Prefeitura Municipal sobre a possibilidade de realizar os aportes necessários à cobertura da Folha de Pagamento dos segurados. Em seguida, a Secretária de Fazenda discorreu sobre o cenário financeiro e a queda brusca nas receitas municipais diante da Pandemia da COVID19 o que não era esperado, reforçou que o Prefeito Municipal arcou com restos a pagar muito elevado e dentre ele o Seprem e que sendo uma prioridade honrou com o compromisso de quitar a dívida principal do Município com o Seprem, porém diante da dificuldade financeira atual, existe a necessidade de cessar o Termo de Acordo que permitia a compensação e que em decisão conjunta com a Administração optou-se pelo precatório. A Dra Paula reforçou que diante da rescisão do Termo, era necessário tomar a decisão entre resgatar das aplicações, o que aumentaria consideravelmente o valor, ou não realizar a folha de pagamento dos segurados do Seprem caso os resgates não sejam autorizados pelo Conselho Administrativo e solicitou posicionamento sobre os valores retidos e não compensados, até o momento. A Superintendente explicou que para haver a quitação dos



## **SEPREM - SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL**

valores retidos a Prefeitura teria que empenhar os juros e correção sobre a dívida e em consequência seria informado no processo Judicial a quitação parcial dos valores. A Sra Regiane Ramazzotto sugeriu que a Prefeitura deveria dar a quitação pelo menos até a data de manifestação no processo sobre a cessação do Termo, ou seja, permitindo a compensação dos valores retidos em Julho e Agosto. Questionado pela Secretária de Fazenda sobre como regularizar contabilmente a situação caso fosse realizada a compensação o Contador, Sr. José Aparecido Quintino, informou ser possível registrar em despesa extra orçamentária, como despesa a regularizar e dar a quitação ao Seprem e explicou que os valores retidos a título de Cesta básica e Imposto de Renda, são da Prefeitura e que o Imposto de Renda tem um tratamento diferenciado, que obrigatoriamente precisa ser aplicado no ensino e na educação, e por isso, por precaução não poderiam ficar retidos no Seprem sem que houvesse o Termo de Compensação ou a quitação dos valores pela Prefeitura. A Sra Valéria apresentou que o Seprem tem a pagar, em torno de 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), sendo Cem mil reais, remanescente da Competência Julho e Trezentos e vinte mil reais da competência Agosto de 2020, porém não tem o recurso financeiro disponível em conta corrente. A Secretária de Fazenda concordou em fazer a compensação referente aos valores retidos da competência de Julho e Agosto/20 e cessar a partir da Competência de Setembro/20. No que a superintendente complementou que só seria possível com a anuência do Conselho Administrativo. A Dra Paula discorreu sobre a obrigatoriedade da Prefeitura em cobrir mensalmente os valores que faltam, em torno de Hum milhão e meio de reais para que o Seprem cesse as descapitalizações e concomitante faça a capitalização dos recursos provenientes do CADPREV, COMPREV e Parcelamento do PASSIVO ATUARIAL, Lei 4.744/15 que o Comitê de Investimentos, embora tenham realizado resgates exclusivamente para cobrir a folha, poderão sofrer consequências futuras, e que recorrentemente o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tem alertado o Seprem sobre o ocorrido e solicitado justificativas. Em seguida o Sr. Danilo Reinol lembrou discussão anterior de desvincular as datas de pagamento dos aposentados e pensionistas da Prefeitura Municipal, para que houvesse tempo hábil de levantar os valores e fazer as devidas cobranças de complementação pela Prefeitura Municipal, entendendo que autorizar constantemente os resgates tem deixado a Prefeitura numa zona de conforto e que por isso não há motivação para tentar resolver o impasse. A Secretária de Fazenda relatou que diante do cenário econômico, da dificuldade financeira enfrentada pela Prefeitura com os recursos próprios, que entende sobre a obrigação de repassar os valores, porém, se for obrigada a realizar o aporte para o Instituto de Previdência, não seria possível realizar a folha de pagamento dos Servidores Ativos e que de certa forma tem honrado em dia com os compromissos assumidos junto ao Seprem, sendo o pagamento dos parcelamentos do CADPREV, do Passivo Atuarial e que nesse mandato o Prefeito cumpriu com o pagamento da dívida contraída no Governo anterior, embora restando os juros, mas que os valores foram volumosos e também comprometeram o caixa da Prefeitura, e que de certa forma o Instituto tem os recursos em caixa para cumprir a folha dos seus segurados, embora não seja saudável para o Seprem, lembrando que houve o aumento da alíquota de contribuição, que ocorrerá a partir da competência outubro de 2020. Sugeriu que o Conselho estipulasse prazo pra estudar novamente as ações de enfrentamento ao déficit apresentado. A Superintendente discorreu sobre o Projeto de Lei que deverá ser encaminhado



## **SEPREM - SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL**

à Câmara Municipal para estabelecer o parcelamento do Déficit Atuarial apurado, ano base 2019 e, concomitante outras possibilidade de baixar o déficit, que se encontram em discussão com a Prefeitura, como exemplo a implementação da Reforma da Previdência que traz alterações nas regras de aposentadoria e sugestão de Dação em Pagamento de bens imóveis, o que deverá ser objeto de minucioso estudo pela Prefeitura Municipal. Em seguida o Conselho Administrativo solicitou um prazo para deliberar sobre o assunto que foi discutido. Após reunirem-se, trouxeram a decisão de que iriam autorizar o resgate exclusivamente para cobertura da folha de pagamento dos segurados do Seprem e solicitou que o Comitê de Investimentos oficialize mensalmente a Prefeitura sobre a necessidade de realizar aporte e encaminhe cópia ao Conselho Administrativo. A Dra Paula solicitou que o Conselho emitisse documento sobre a deliberação do Conselho para o Comitê de Investimentos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

Elivaine Almeida Silva \_\_\_\_\_

Valéria D. Demonari \_\_\_\_\_

Paula Baraldi Artoni \_\_\_\_\_

Angela Maria de Freitas Nazário Fonseca \_\_\_\_\_

Daniele Terra Ennes de Laurentiz \_\_\_\_\_

José Aparecido Quintino \_\_\_\_\_

Regiane Ramazzotto \_\_\_\_\_

Elton Carlos de Souza Dias \_\_\_\_\_

Alessandra R. Vieira Martins \_\_\_\_\_

Kaká Lancaster Barros Vicente \_\_\_\_\_

Danilo Augusto Reinol \_\_\_\_\_